

24 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA

# Juiz do TJ manda soltar empresário

**Para o magistrado Márcio José Tokars, em liberdade, Luiz Abi Antoun não representa risco para a instrução processual ou para a ordem pública**

*Para juiz, medidas alternativas à prisão são suficientes*

Loriane Comeli  
Reportagem Local

O juiz substituto de segundo grau da 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, Márcio José Tokars, concedeu liminar em habeas corpus e determinou a soltura do empresário Luiz Abi Antoun, parente distante do governador Beto Richa (PSDB), que teria livre trânsito no Palácio do Iguauçu.

Abi estava preso desde segunda-feira da semana passada, suspeito de ser o articulador de fraude na contratação da empresa Providence Autocenter, de Cambé, Região Metropolitana de Londrina, para fazer a manutenção da frota dos carros oficiais do governo, conforme aponta investigação do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), que deflagrou na semana passada a operação Voldemort, levando à cadeia, além do empresário, outras quatro pessoas. Uma delas está foragida.

Em linhas gerais, Tokars entendeu que a decisão do juiz da 3ª Vara Criminal de Londrina, Juliano Nanuncio,

que decretou a prisão de Abi, não apontou fato concreto que justificasse "a medida extrema de privação de liberdade". Ele afirmou que "não se pode negar que os crimes imputados, em tese, são de grande reprovabilidade". Porém, disse ele, também "não se pode eleger a gravidade em abstrato do crime fator de legitimação da prisão". Para o magistrado, em liberdade, Abi não representa risco para a instrução processual ou para a ordem pública.

Segundo sua decisão, medidas alternativas à prisão são suficientes e determinou que o empresário entregue seu passaporte em 24 horas para evitar risco de fuga do país; que compareça em juízo, a cada 15 dias, para informar e justificar atividades que tem desempenhado; e que comunique imediatamente a Justiça eventual mudança de endereço.

Tokars também justificou a liberdade afirmando que a Justiça de Londrina já havia determinado "a suspensão de qualquer contrato da empresa em questão havido, direta ou indiretamente, com o Estado do Paraná, de forma que suas atividades já não possam onerar o Estado, bem como o de suspensão de qualquer pagamento estatal a tal empresa". Alegou ainda que as investigações do Gaeco não seriam prejudicadas, uma vez que foi deferida, por exemplo, a medida de quebra de sigilo dos dados telefônicos e telemáticos dos aparelhos eletrônicos dos suspeitos.

Alegando ser parente de Beto Richa, Abi conseguiu do juiz da Vara de Execuções Penais de Londrina (VEP), Katsujo Nakadomari, uma sala de Estado Maior (no Corpo de Bombeiros), privilégio exclusivo para advogados. Abi seria solto ainda na noite de ontem.

Permanecem presos o advogado João Carlos Lucca; o suposto dono da Providence, Ismar Jeger, e o empresário Paulo Midauar; e o sócio de Abi, Roberto Tsuneda. O então diretor do Departamento de Transporte Oficial (Deto), Ernani Delicato, está foragido.

24 MAR 2015

# FOLHA DE LONDRINA

## Investigados fizeram doação para campanha de Beto

Edson Ferreira  
Reportagem Local

**“Se soubesse disso tudo, com certeza não teria aceitado os recursos”**

A campanha à reeleição do governador Beto Richa (PSDB) recebeu mais de R\$ 100 mil em doações financeiras provenientes de empresa e pessoas investigadas pelo Ministério Público (MP) do Paraná sobre o suposto pagamento de propina a auditores da Receita Estadual de Londrina e fraude em licitação. Os dados sobre a prestação de contas estão disponíveis no portal do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A Alumpar Alumínios, empresa de Londrina que atua na recuperação de sucatas, doou R\$ 100 mil. Segundo o registro oficial na Junta Comercial do Paraná (Jucepar), os sócios proprietários da Alumpar são José Carlos Vasconcelos, Kouthar Abi Antoun e as empresas KLM Brasil e GV Alumínio. Kouthar é filho do empresário Luiz Abi Antoun, parente do governador, que estava preso até ontem em Londrina, investigado pelo MP por suposta fraude em contratação da oficina Providence, de Cambé, para a manutenção da frota estadual. KLM e GV também são empresas ligadas a Luiz Abi.

Além da Alumpar, a campanha do tucano recebeu doações também do ex-delegado da Receita Estadual, Dalton Lázaro Soares (R\$ 3 mil), e dos auditores Marco Antonio Bueno (R\$ 2,4 mil) Rosângela Semprebom (R\$ 2,7 mil). Todos estão presos

desde a semana passada, por suposto envolvimento no esquema de propina no órgão estadual. Rosângela é irmã do auditor Luiz Antonio de Souza, preso desde janeiro, também suspeito de integrar uma rede de exploração sexual de menores em Londrina.

Procurado, o governo do Estado disse que apenas o diretório parananense do partido se manifestaria sobre os recursos. Em nota publicada ontem, o PSDB do Paraná afirma que “todas as doações para a campanha do governador Beto Richa ocorreram dentro da legalidade e que foram realizadas voluntariamente, cabendo aos comitês verificar apenas se elas ocorreram de acordo com a legislação”. Ainda segundo a legenda, “as contas foram apresentadas e aprovadas integralmente pela Justiça Eleitoral”.

A reportagem também procurou a Alumpar, mas a secretária informou que apenas o responsável, José Carlos Vasconcelos, poderia falar com a imprensa, mas ele saiu em viagem por um mês.

Vereador também recebeu  
O vereador de Londrina, Gustavo Richa (PHS), primo de Beto, teve a ajuda de Luiz Abi para a campanha municipal de 2012. Recebeu R\$ 10 mil das empresas KLM Brasil e GV. Gustavo confirmou à FOLHA o parentesco com Abi, investigado por fraude contra o governo. “Ele é parente, é da família e pedíamos ajuda de custo para todos que pudessem contribuir”, disse o vereador, ressaltando que a prestação de contas está aprovada pela Justiça Eleitoral.

Sobre a repercussão do caso envolvendo Luiz Abi, o parlamentar reconheceu que “se soubesse disso tudo, com certeza não teria aceitado os recursos”. “Existe o ônus e o bônus de ter o sobrenome (Richa), pois qualquer coisa que acontece, eu sou vinculado”, comentou.

24 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA

# Moro autoriza transferência de 12 presos da Lava Jato

**Renato Duque, Fernando Baiano  
e empreiteiros vão para o  
Complexo Médico Penal, em Pinhais**

Rubens Chueire Jr.  
*Reportagem Local*

Curitiba - O juiz federal Sérgio Moro, da 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba, autorizou, em despacho publicado ontem, a transferência de 12 dos 17 presos da Operação Lava Jato que estão na carceragem da Superintendência da Polícia Federal (PF) na Capital para o Complexo Médico Penal (CMP), em Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba (RMC). A decisão atende ao pedido protocolado na última sexta-feira, em que o superintendente regional da PF no Paraná, Rosalvo Ferreira Franco, afirma que "já está ficando inviável ficarmos com todos os presos na custódia, tendo em vista que alguns presos não podem se comunicar entre si".

Foi autorizada a remoção de Adir Assad (lobista apontado como um dos operadores do esquema de corrupção); Agenor Franklin Magalhães Medeiros (diretor-presidente da Área Internacional da OAS); Ertton Medeiros Fonseca (diretor de negócios da

Galvão Engenharia); Fernando Antônio Falcão Soares (lobista apontado como um dos operadores do esquema); Gerson de Mello Almada (vice-presidente da Engevix); João Ricardo Auler (presidente do Conselho de Administração da Camargo Corrêa); José Alde-mário Pinheiro Filho (presidente da OAS); José Ricardo Nogueira Breguirolli (funcionário da OAS e contato de Youssef na empreiteira); Mário Frederico Mendonça Góes (um dos operadores no pagamento de propina); Mateus Coutinho de Sá Oliveira (funcionário da OAS e contato de Youssef na empreiteira); Renato de Souza Duque (ex-diretor de Serviços da Petrobras) e Sérgio Cunha Mendes (vice-presidente executivo da Mendes Jr.). Eles vão deixar a sede da PF na manhã de hoje, sob escolta de agentes federais.

O ex-diretor da área Internacional da Petrobras Nestor Cerveró teve o pedido de transferência indeferido, segundo o juiz, "já que estaria recebendo assistência psicológica na

carceragem da PF". E, ainda de acordo com Moro, também foi indeferido o pedido referente a Ricardo Ribeiro Pessoa (presidente da UTC e apontado como o líder do cartel de empreiteiras), "este por solicitação do MPF". Além destes dois, seguem na PF o doleiro Alberto Youssef, Dalton dos Santos Avancini e Eduardo Hermelino Leite, da Camargo Corrêa, que também celebraram acordo com o MPF e já terminaram seus depoimentos. Os executivos agora aguardam a homologação de seus acordos para cumprirem prisão domiciliar.

A doleira Nelma Kodama e Iara Galdino da Silva também estão na carceragem da PF há 15 dias. Elas já foram condenadas e devem retornar à Penitenciária Feminina de Piraquara (PFP) para cumprirem suas penas após prestarem esclarecimentos sobre alguns inquéritos ainda em andamento.

**CONTINUA**

24 MAR 2015

## FOLHA DE LONDRINA

### CONTINUAÇÃO

O advogado de Sérgio Cunha Mendes, Marcelo Leonardo, havia solicitado a transferência dele para o Complexo da Papuda, em Brasília, mas o magistrado negou o pedido, justificando que "a medida é inviável no curso da instrução da ação penal, quando a presença dele (Mendes) em Curitiba ainda se mostra necessária".

Em sua decisão, Moro esclarece que "de fato, a carceragem da Polícia Federal, apesar de suas relativas boas condições, não comporta, por seu espaço reduzido, a manutenção de número significativo de presos. Por outro lado, o local apresentado a este Juízo para acomodar os presos no sistema prisional estadual parece adequado, talvez até com melhores condições do que as da carceragem. Ficarão ainda separados da maior parte da população carcerária".

24 MAR 2015

# FOLHA DE LONDRINA

## Duque e Vaccari viram réus em ação penal

Curitiba – O ex-diretor de Serviços da Petrobras Renato de Souza Duque e o tesoureiro do Partido dos Trabalhadores (PT), João Vaccari Neto, além de outras 25 pessoas viraram réus da Justiça Federal do Paraná ontem, após o juiz Sérgio Moro acatar a denúncia feita pelo Ministério Público Federal (MPF). Eles vão responder pelos crimes de corrupção, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha.

Entre os denunciados e agora réus, 15 são empreiteiros, cinco são operadores, quatro são ligados aos operadores, dois são ex-diretores da Petrobras e um é ex-gerente. A denúncia envolve desvios de recursos da Petrobras em quatro obras: Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), em Araucária, Refinaria de Paulínia (Replan), Gasoduto Pilar/Ipojuca e Gasoduto Urucu Coari. O MPF estimou em R\$ 136 milhões o total de desvios envolvendo estes projetos. As empresas responsáveis por estas obras são OAS, Mendes Júnior e Setal.

Ainda de acordo com a denúncia, Vaccari participava de reuniões com Duque para tratar de pagamentos de propina, que eram pagas por meio de doações oficiais ao PT. Dessa maneira, os valores chegavam como doação lícita, mas eram oriundas de propina. O MPF aponta que foram 24 doações em 18 meses, no valor de R\$ 4,2 milhões.

“Há prova documental do repasse de parte da

propina, R\$ 4,2 milhões, em doações eleitorais registradas ao Partido dos Trabalhadores (PT), o que teria sido feito por solicitação de Renato Duque e de João Vaccari”, apontou o magistrado.

Os 27 réus desta ação penal são: Adir Assad; Agenor Franklin Magalhães Medeiros; Alberto Elísio Vilaça Gomes; Alberto Youssef; Ângelo Alves Mendes; Augusto Ribeiro de Mendonça Neto; Dario Teixeira Alves Júnior; Francisco Claudio Santos Perdigão; João Vaccari Neto; José Aldemário Pinheiro Filho; José Américo Diniz; José Humberto Cruvinel Resende; Julio Gerin de Almeida Camargo; Lucélio Roberto Von Lehsten Goes; Luiz Ricardo Sampaio de Almeida; Mario Frederico Mendonça Goes; Marcus Vinicius Holanda Teixeira; Mateus Coutinho de Sá Oliveira; Paulo Roberto Costa; Pedro José Barusco Filho; Renato de Souza Duque; Renato Vinicius de Siqueira; Rogério Cunha de Oliveira; Sergio Cunha Mendes; Sonia Mariza Branco; Vicente Ribeiro de Carvalho e Waldomiro de Oliveira.

“Praticamente todo o fluxo financeiro narrado pelo MPF na denúncia, da Petrobras, passando pelas empreiteiras e consórcios, até as contas das empresas de fachada utilizadas pelos intermediadores, encontra respaldo na prova documental constante nos autos, como contratos e transferências bancárias”, frisou

Moro em seu despacho.

### OFÍCIO

No mesmo despacho em que acatou a denúncia do MPF, o juiz Sérgio Moro também solicitou ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para que, se possível, em 15 dias, preste informações sobre doações registradas efetuadas por seis empresas de propriedade do empresário Augusto Ribeiro de Mendonça, que fechou acordo de colaboração premiada, e que fazem parte do Grupo Setal. Foram as primeiras empresas a fecharem um acordo de leniência dentro da Operação Lava Jato. São elas: SOG Óleo e Gás S/A; Setec Tecnologia S.A; Projtec Projetos e Tecnologia Ltda.; Tipuana Participações Ltda.; PEM Engenharia Ltda. e Energex Group Representação e Consultoria Ltda.

### PORSCHE

O Porsche Cayman branco (2010/2011) apreendido na casa da doleira Nelma Mitsue Penasso Kodama foi arrematado por R\$ 206 mil em um leilão público na tarde de ontem, em Curitiba. O dinheiro arrecadado será depositado na conta bancária vinculada ao processo judicial e permanecerá à disposição do juiz até o julgamento final e sentença, podendo ser revertido à União, caso a condenação transite em julgado, ou devolvido, se revertida a situação. Este é o primeiro bem apreendido na Lava Jato que foi a leilão. (R.C.J.)

**CONTINUA**

24 MAR 2015

## FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

### Detidos vão ocupar quatro celas do CMP

O Complexo Médico Penal (CMP), localizado em Pinhais, na RMC, é um estabelecimento penal de regime fechado, destinado aos presos dos sexos masculino e feminino, provisórios, condenados por medida de segurança e/ou que necessitam de tratamento psiquiátrico e ambulatorial. Segundo informações da Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária (Sesp), os presos da Lava Jato vão ocupar quatro celas de um total de 32 destinadas a detentos com nível superior. Elas são isoladas dos apenados que estão com medida de segurança ou que têm problemas psiquiátricos.

“Não há que se presumir que os presos da Operação Lava Jato no sistema prisional estadual serão vítimas de alguma violência por parte de outros detentos. Entretanto, forçoso admitir que, pela notoriedade da investigação, há algum risco nesse sentido, o que justifica colocá-los, por cautela, em ala mais reservada”, completou Moro.

De acordo com o secretário de Segurança Pública, Fernando Francischini, cada cela possui três camas. O banheiro é coletivo para

as 32 celas que abrangem cerca de cem presos com curso superior. “Vão comer o marmitex comum de todo o preso do sistema penitenciário, terão direito a 2h30 de visita coletiva nos finais de semana, uma hora diária de banho de sol e vão usar o mesmo uniforme de presos daquela unidade”, informou. “A orientação tanto da Justiça quanto da PF é para que estes detentos não tenham nenhum centímetro acima e nem um abaixo do que todo o preso comum que tem direito a cela especial receba. A PF vai decidir quais presos vão para cada cela”, completou Francischini. O secretário ainda ressaltou que o Complexo Médico vai receber uma atenção especial de segurança, sem repassar maiores detalhes.

A reportagem da Folha entrou em contato com os advogados dos presos que serão transferidos mas não obteve retorno até o fechamento da edição. Atualmente, o CMP está com 659 vagas disponíveis. A Sesp ainda informou que cada preso tem direito a dois pães e uma xícara de café ou chá pela manhã; além de dois marmitex (um para o almoço e outro no jantar). (R.C.J.)

# FOLHA DE LONDRINA

## INFORME

24 MAR 2015

### Fraude em Prudentópolis

O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público (MP) do Paraná, cumpriu ontem mandados de sequestro de bens de pessoas acusadas pelos crimes de corrupção, fraudes a licitações, peculato e falsidade ideológica em Prudentópolis, no Sudeste do Estado. O caso é um desdobramento da Operação Caçamba, que apura crimes ocorridos dentro da prefeitura da cidade. O bloqueio foi determinado pela Vara Criminal da comarca, com o objetivo de garantir o ressarcimento aos cofres públicos de valor equivalente aos prejuízos causados, estimados em R\$ 600 mil.

### Investigados

Ao todo, 30 nomes são citados na denúncia, incluindo o do prefeito de Prudentópolis, Gilvan Pizzano Agibert (PPS), que está afastado do cargo desde 13 de fevereiro. Um dia antes, Agibert foi preso, sob suspeita de corrupção. A Justiça liberou o político uma semana depois, no entanto, determinou que ele não se aproximasse mais dos órgãos públicos da cidade e que não se ausentasse do município sem autorização judicial. Quem assumiu seu lugar foi o vice-prefeito, Adelmo Klosowski (PPS). A FOLHA tentou contato com a prefeitura da cidade ontem, por volta das 17 horas, mas ninguém atendeu às ligações da reportagem.

### Constituição e democracia

Com o objetivo de debater as questões jurídicas dentro do conceito da Constituição e Cidadania, Londrina sedia entre amanhã e sexta-feira no Teatro Marista o XII Congresso Brasileiro de Direito Constitucional e Cidadania. Durante os três dias, serão abordados temas relacionados à constituição e também direito à informação e à democracia. O evento é uma realização do Instituto de Direito Constitucional e Cidadania (IDCC) e conta com o apoio da OAB Londrina e outras 20 instituições de ensino superior de Londrina e região. O presidente do instituto, Zulmar Fachim, afirma que o foco do evento é mostrar os avanços e as novidades relacionadas ao direito.

## AGENDA

### Direito Constitucional

Londrina - Acontece entre os dias 25 e 27 de março no Teatro Marista em Londrina o 12º Congresso Brasileiro de Direito Constitucional e Cidadania. O evento reunirá advogados, juristas e acadêmicos de todo o País para debater temas relacionados à Constituição e à democracia. Palestras serão ministradas por representantes de universidades nacionais e internacionais. O evento ainda contará com a presença do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, que abordará as relações do STF com as minorias. O investimento (para os três dias) é de R\$ 100 (inteira) e R\$ 60 (estudantes). Informações: [www.idcc.org.br](http://www.idcc.org.br) e (43) 3326-0475.

24 MAR 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# Novo CPC abre portas para uma Justiça mais ágil e descomplicada

O texto elimina recursos que hoje dilatam a duração dos processos e impõe custos advocatícios adicionais na fase recursal para desestimular aventuras judiciais e litigância de má-fé

Um novo tempo está chegando para quem precisar bater às portas do sistema judiciário na tentativa de solucionar conflitos e proteger direitos. A partir de 17 de março de 2016, começa a vigorar o novo Código de Processo Civil (CPC), a Lei 13.105/2015. Sancionado neste mês, depois de cinco anos de tramitação no Congresso, o texto traz inovações que devem agilizar decisões judiciais que hoje se arrastam por anos.

— Com o novo código, teremos procedimentos descomplicados e justiça mais célere, com claros ganhos para o cidadão brasileiro — comentou o presidente do Senado, Renan Calheiros, em solenidade recente.

O texto elimina recursos que hoje dilatam a duração dos processos e impõe custos advocatícios adicionais na fase recursal para desestimular aventuras judiciais e litigância de má-fé.

As partes poderão firmar acordo em torno de procedimentos que hoje são rígidos, ajudando a destravar os processos. E o estímulo ao uso de instrumentos

eletrônicos deve potencializar a velocidade de muitos atos.

A conciliação e a mediação ganharão protagonismo. Os tribunais terão de criar centros específicos para que as partes, em audiências prévias, sejam estimuladas a buscar acordo antes de o processo correr. Hoje esses mecanismos são usados de modo esparso. Mesmo assim, a experiência mostra bons resultados na prevenção de litígios, que sempre custam tempo, dinheiro e desgaste emocional.

Outro avanço é um mecanismo que permitirá aos tribunais adotar uma mesma decisão para causas iguais, às vezes dezenas de milhares de processos.

O chamado instrumento de resolução de demandas repetitivas deve assegurar rápido desfecho para questões judiciais de massa, como processos previdenciários e cobranças de telefonia, planos de saúde, água e luz.

O novo CPC é resultado de um trabalho que uniu o esforço de juristas, de parlamentares e da sociedade. Em 2009, o então

presidente do Senado, José Sarney, tomou a iniciativa de propor a modernização do código atual, que entrou em vigor em 1973.

Sarney instituiu uma comissão de juristas para elaborar o anteprojeto, presidida pelo agora ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux — na época, integrante do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

A proposta foi convertida no PLS 166/2010, inicialmente analisado por comissão especial de senadores. Acolhido pelo Plenário, o texto seguiu para a Câmara, que o aperfeiçoou e devolveu ao Senado para decisão final. Aprovado novamente pelos senadores em dezembro, o projeto foi enviado à sanção presidencial.

24 MAR 2015

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### Justiça Federal vai realizar primeiro leilão de bem apreendido na operação Lava Jato

A Justiça Federal no Paraná realizará, no dia 23 de março, o primeiro leilão de um bem apreendido na operação Lava Jato. O veículo automotor importado modelo Porsche Cayman, avaliado em R\$ 200 mil, pertencia à Nelma Kodama, denunciada pelo MPF por organização criminosa e crimes financeiros e de lavagem de dinheiro. O objetivo da Força-Tarefa do MPF que atua na operação Lava Jato é pedir a alienação antecipada de todos os bens apreendidos que estão sujeitos à depreciação durante o trâmite dos processos.

A realização de leilão de bens apreendidos antes mesmo do fim do processo criminal, conhecida como alienação antecipada, tem o objetivo de preservar o valor econômico do bem que está sujeito à deterioração e à consequente perda de valor. Bens como carros, barcos e aviões, além de exigirem uma manutenção regular que gera custos, estão sujeitos a depreciação, que podem resultar em prejuízo para o conjunto da sociedade, no caso da utilização do bem para ressarcimento aos cofres públicos, ou para o próprio réu da ação penal, no caso de devolução do bem ao fim do processo.

### STF – Supremo analisará caso de restrição à imunidade de empresas ao ITBI

O Supremo Tribunal Federal (STF) analisará o alcance da imunidade tributária do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) concedida a pessoas jurídicas, na hipótese em que o valor do imóvel é maior do que o capital da empresa. O Plenário Virtual da Corte reconheceu a existência de repercussão geral da matéria no Recurso Extraordinário (RE) 796376, interposto por uma empresa de participações localizada em Santa Catarina contra acórdão do Tribunal de Justiça local (TJ-SC), segundo o qual incide o imposto sobre o valor do imóvel

que excede o do capital.

O caso teve início em mandado de segurança impetrado pela autora contra ato do secretário da Fazenda do município de São João Batista (SC), que negou a imunidade total ao ITBI prevista no artigo 156, parágrafo 2º, inciso I, da Constituição Federal. A autoridade administrativa justificou a negativa no fato de o valor total dos imóveis “exceder em muito o capital integralizado”.

O juízo de primeiro grau reconheceu a imunidade total e determinou que o referido tributo não fosse cobrado.

24 MAR 2015

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### STF – SUSPENSÃO DECISÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO QUE DETERMINOU AO SENAC APLICAÇÃO DE REGRAS DA LEI DE LICITAÇÕES

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) que determinava ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) a inclusão, em seus editais de licitação, de dispositivos previstos na Lei 8.666/1993, que trata de normas para licitações e contratos da administração pública. A decisão foi tomada na análise da medida cautelar no Mandado de Segurança (MS) 33442.

A decisão questionada, que manteve dois acórdãos do TCU, um de 2011 e outro

de 2014, determinou ao Senac que incluísse em seus editais de licitação o orçamento estimado em planilhas de quantitativos e custos unitários, bem como de critério de aceitabilidade dos preços unitários.

Contra essa decisão, o Senac impetrou mandado de segurança no STF. A entidade afirma ser pessoa jurídica de direito privado, exercendo suas atividades em colaboração com o Poder Público. Assim, por não integrar a administração pública direta ou indireta, sustenta que não deve se submeter às disposições da Lei Federal 8.666/1993.

### TRF4 – MANTIDA CONDENAÇÃO DE MINERADORA POR POLUIÇÃO DE RIO EM SANTA CATARINA

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) manteve, na última semana, a condenação da Carbonífera Rio Deserto, de Criciúma (SC), ao pagamento de indenização de R\$ 120 mil por danos ambientais. A empresa foi responsabilizada por poluir o rio Mãe Luzia, no município de Treviso (SC), com vazamento de rejeitos de carvão fino da mina Cruz de Malta.

O acidente aconteceu em

novembro de 2009, quando um dique com depósito de finos de carvão se rompeu. Os 'finos' são materiais resultantes da movimentação e peneiramento dos carvões e apresentam-se na forma de pequenas partículas.

O Ministério Público Federal (MPF) propôs a ação civil pública argumentando que a poluição atingiu níveis altos a ponto de causar danos não só à flora e à fauna, mas à saúde dos moradores da região.

24 MAR 2015

# TRIBUNA DO PARANÁ

# PRIMO DE RICHHA SOLTO

Juiz concede Habeas Corpus a Luiz Abi, acusado de fraude em negócio com o governo

Fábio Silveira

O desembargador Márcio José Tokars, da 2.ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), concedeu Habeas Corpus liberando o empresário Luiz Abi Antoun, que ficou preso uma semana, sob a suspeita de liderar um grupo que supostamente fraudou uma licitação do governo do Estado. Abi é primo do governador Beto Richa (PSDB) e foi preso pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) na Operação Voldemort, deflagrada na semana passada.

No entendimento de Tokars, apesar de não ser poder “negar que os crimes imputados,



Abi ficou preso por uma semana.

em tese, ao paciente [Abi], são de grande reprovabilidade”, o empresário deve ser solto. O desembargador defendeu “medidas alternativas à prisão preventiva”, o que, segundo ele, seriam “mais adequadas” e “igualmente eficazes”.

O desembargador afirma que precisa conceder a liberdade a Abi “diante da ausência de fundamentação arrimada nos fatos concretos”, mas propõe medidas que obriguem o primo do

governador a atender chamados judiciais. Entre as medidas “restritivas” estão a proibição de Abi de sair do país o passaporte dele será recolhido, “tendo em vista que possível fuga do acusado do país tornaria a aplicação da lei penal brasileira praticamente impossível, causando forte sentimento de impunidade e de inutilidade do sistema penal pátrio”, ressalva o magistrado. Além disso Abi fica obrigado a comunicar a Justiça em caso de mudança de domicílio.

O promotor Cláudio Esteves, coordenador do Gaeco em Londrina, não foi localizado pela reportagem para comentar a decisão do TJ.

Apesar de não ter cargo no governo do Estado, Abi é considerado influente na gestão Beto Richa. A licitação investigada pelo Gaeco foi realizada em dezembro e vencida pela Provedence Auto Center, que o MP acredita ter Abi como proprietário - o dono oficial da empresa é Ismar Ieger, mas ele não teria autonomia para gerenciar o negócio. O contrato é de seis meses e o valor é de R\$ 1,5 milhão.

24 MAR 2015

# TRIBUNA DO PARANÁ

## Vaccari e Duque viram réus

A Justiça Federal no Paraná abriu ação penal contra o tesoureiro do PT João Vaccari Neto e o ex-diretor de Serviços da Petrobras, Renato Duque, por corrupção e lavagem de dinheiro. A decisão acata denúncia do Ministério Público Federal que envolve, além de Vaccari e Duque, outros 25 investigados. É o primeiro processo criminal aberto contra o tesoureiro do PT e o ex-diretor, suposto elo do partido no esquema de corrupção e propinas na estatal petrolífera.

A denúncia da força tarefa da Operação Lava Jato foi apresentada no dia 16. “Temos evidências de que João Vaccari tinha consciência que esses pagamentos eram feitos a títulos de propinas”, afirmou o procurador da República Deltan Dallagnol.

A força-tarefa constatou que Vaccari se encontrava com regularidade com Renato Duque “para acertar os valores devidos”. O relato do empresário Eduardo Leite, vice-presidente da construtora Camargo Corrêa, foi decisivo para o oferecimento da denúncia. “Ele revelou que se encontrou com Vaccari e que este pediu doações oficiais eleitorais a título de propinas”, diz Dallagnol.

Também tiveram peso na acusação contra Vaccari os depoimentos de quatro delatores da Lava Jato: Augusto Mendonça, Pedro Barusco (ex-gerente de Engenharia da Diretoria de Serviços da Petrobras), Paulo Roberto Costa (ex-diretor de Abastecimento da estatal) e o doleiro Alberto Youssef.

### DEFESA

Vaccari nega participação no esquema. Em nota oficial, a Secretaria Nacional de Finanças e Planejamento do PT, comandada por ele, ressaltou que Vaccari assumiu a posição em fevereiro de 2010 e, portanto, não ocupava o cargo no período mencionado pelos procuradores no processo. (Agência Estado)

24 MAR 2015

GAZETA DO POVO

# Diabéticos

# vão à Justiça por bombas de insulina

No Paraná,  
227 pacientes  
conseguiram ter o  
equipamento pago  
pelo estado.  
Especialistas fazem  
ressalvas quanto ao  
uso do dispositivo

Antonio Senkovski

Diabéticos com dificuldade para conseguir controlar a doença com os métodos convencionais e gratuitos têm recorrido à Justiça no Paraná para tentar reverter a situação. A demanda é por um tratamento mais moderno, com o uso de bombas de insulina. O equipamento serve para injetar, em pequenas e contínuas doses, os medicamentos essenciais para a saúde dos diabéticos do tipo 1. Porém, a tecnologia não está disponível pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Um dos motivos é o preço: uma bomba custa de R\$ 12 mil a R\$ 15 mil e há ainda gastos mensais com insumos e manutenção.

Entre os 227 pacientes do Paraná com decisões judiciais favoráveis para usar o equipamento pago pelo estado está Adriana dos Santos Marian, 39 anos. Ela recebeu

a reportagem em casa no dia do seu aniversário – sem bolo. O verdadeiro presente, no entanto, foi não ter mais os desmaios e convulsões frequentes. “Hoje estou muito feliz. Após o uso da bomba eu consegui ter uma boa melhora do meu quadro clínico de uma forma geral”, avalia. Com a dificuldade para manter os níveis de glicose em uma média aceitável desde o nascimento, Adriana estava praticamente cega por causa do rompimento de vasos sanguíneos no olho. Após o início do tratamento com a bomba, em 2008, ela voltou a ter a visão parcial em um olho, o que lhe permite ajustar o aparelho com a ajuda de uma lupa. Ela também festeja o fato de ter conseguido realizar, há três anos, o sonho de ser mãe.

## Ações

“O paciente diabético precisa disso [bomba de insulina]. O ideal seria que todos usassem. Não existe essa de um precisa de mais, outro precisa de menos”, diz o advogado Ney Brandão, que ingressou com cerca de 200

ações na Justiça pedindo o equipamento, incluindo o pedido de Adriana. Brandão também é diabético. Ele convive há 28 anos com a doença e usa a bomba de insulina desde 2000. “Não quero julgar nem o poder judiciário e nem o estado. Essa doença não é brincadeira, ela mata e exige um tratamento melhor do que o SUS está proporcionando”, completa.

A Secretaria de Estado da Saúde (Sesa) informou, via assessoria de imprensa, que as bombas de insulina não estão padronizadas na lista do SUS como equipamentos disponíveis aos pacientes. O órgão confirmou que 227 pacientes usam o equipamento no estado custeados pelos cofres públicos por decisão judicial. A Procuradoria Geral da União (PGU), por sua vez, informa que 455 pedidos relacionados a pacientes diabéticos foram feitos diretamente à União em 2014, mas nem todos são pedidos de bombas de insulina.

**CONTINUA**

**“Essa doença mata e exige tratamento melhor do que o SUS proporciona.”**

Ney Brandão, advogado, que também é diabético.

24 MAR 2015

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

### Para especialistas, equipamento sozinho não faz milagre

! Especialistas reconhecem que a bomba de insulina traz mais recursos ao tratamento. No entanto, observam que o equipamento não serve para todos, porque o que determina o sucesso do controle dos níveis de glicose é, na maior parte dos casos, a disciplina do paciente.

"A questão principal não é o benefício que a bomba traz, é escolher o paciente certo para usar. Também não é um tratamento para todo mundo. Existem pessoas que não se adaptam e voltam a usar o método convencional", explica a endocrinologista Ana Cristina Ravazzani, professora no curso de Medicina da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

#### Perfil

"Tem que ter perfil para ficar com o aparelho, precisa ser aquele paciente que conta carboidrato, analisa suas glicemias e toma a decisão de administrar a insulina", diz Rosângela Réa, professora de endocrinologia na Universidade Federal do Paraná e médica no Hospital Pequeno Príncipe.

A especialista esclarece que o fundamental em um bom tratamento é a persistência, mesmo que demore para um paciente chegar à fórmula ideal para controlar o diabetes.

"A bomba é uma excelente

arma para o paciente informado e já bem treinado. Se colocar e não der orientação nenhuma pode ocorrer um controle até pior do que com um tratamento convencional." (AS)

## 150 MILHÕES

de pessoas vivem com diabetes no mundo, segundo a OMS. A estimativa é que esse número chegue a 300 milhões em 2025. No Brasil, entre 12 e 15 milhões de pessoas têm diabetes, conforme a Sociedade Brasileira de Diabetes e das Associações de Pacientes.

## 433 PEDIDOS

de pacientes diabéticos foram feitos, em 2014, diretamente ao governo brasileiro, segundo a Procuradoria Geral da União. Esses pedidos não são só de bombas de insulina. No Paraná, 227 pessoas usam o equipamento custeado pelo governo estadual.

## CONTINUA

### DOSE CERTA

Entenda quais são os tipos de diabetes e como funciona o controle da doença através do uso da insulina:

	<b>características</b>	<b>controle</b>
<b>Tipo 1</b>	Ocorre quando o paciente nasce ou desenvolve um problema que causa falência do pâncreas, que produz insulina, responsável por regular a quantidade de glicose no organismo.	O paciente necessita de injeções de insulina artificial para conseguir controlar os níveis de glicose e não ter problemas.
<b>Tipo 2</b>	Ocorre quando o paciente passa a ter uma deficiência no controle natural da glicose no corpo, mas o pâncreas continua funcionando.	Nesse caso, geralmente é possível controlar o nível de glicose com dietas, mas em situações extremas é preciso complementar o tratamento com aplicações de insulina.

### TIPOS DE CONTROLE DE DIABETES

#### INJEÇÕES DE INSULINA

São aplicações subcutâneas (superficiais) com seringas de diferentes tipos de insulina. Confira os tipos:

**Insulina lenta:** insulina de longo prazo que é absorvida pelo paciente ao longo de períodos maiores (6 a 24 horas).

**Insulina de ação intermediária:** tem efeito um pouco menos prolongado que a lenta, usada para períodos médios (4 a 12 horas).

**Insulina de ação rápida:** (3 a 6 horas) medicamento projetado para ser rapidamente absorvido no organismo.

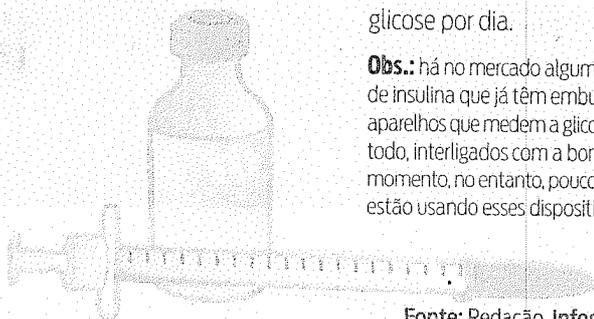
É preciso fazer várias medições de glicose por dia e, se possível, também de madrugada.

#### BOMBA DE INSULINA

Um aparelho eletrônico, sob controle do paciente, utilizado para aplicações de insulina.

- Utiliza, em geral, insulinas de ação rápida, porque é possível ao paciente aplicar o medicamento inúmeras vezes ao dia.
- A bomba permite que sejam configurados perfis de aplicação. Se o paciente tiver uma rotina regrada, poderá aplicar doses extras apenas antes das refeições.
- Nos tipos de bombas mais comuns no Brasil é preciso fazer manualmente várias medições de glicose por dia.

**Obs.:** há no mercado algumas bombas de insulina que já têm embutidos aparelhos que medem a glicose o tempo todo, interligados com a bomba. Até o momento, no entanto, poucos pacientes estão usando esses dispositivos.



Fonte: Redação. Infografia: GP.

CONTINUA

24 MAR 2015

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO



O tratamento com o uso da bomba de insulina melhorou a qualidade de vida de Adriana, que realizou o sonho de ser mãe.

**“Hoje estou muito feliz. Após o uso da bomba [de insulina] eu consegui ter uma boa melhora do meu quadro clínico de uma forma geral.”**

Adriana dos Santos Marian, que conseguiu na Justiça que o estado bancasse a compra de uma bomba de insulina.

GAZETA DO POVO

» OPERAÇÃO VOLDEMORT

24 MAR 2015

# Após uma semana, Luiz Abi deixa a prisão

Mesmo em liberdade, “primo” do governador Beto Richa terá uma série de restrições

## LONDRINA

Fábio Silveira, do *Jornal de Londrina*

O juiz substituto em 2.º grau Márcio José Tokars, da 2.ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ), concedeu Habeas Corpus liberando o empresário Luiz Abi Antoun da prisão — ele foi solto às 19h45 desta segunda-feira (23).

Abi ficou preso uma semana sob a suspeita de liderar um grupo que teria fraudado uma licitação do governo do estado. Ele é apontado como “primo” do governador Beto Richa (PSDB) e foi preso pelo

Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) na Operação VolDEMORT, deflagrada na semana passada.

No entendimento de Tokars, apesar de não se poder “negar que os crimes imputados, em tese, ao paciente [Abi], são de grande reprovabilidade”, o empresário deve ser solto. O juiz defendeu “medidas alternativas à prisão preventiva”, o que, segundo ele, seriam “mais adequadas” e “igualmente eficazes”.

Tokars afirmou que precisou conceder a liberdade a Abi “diante da ausência de fundamentação arrimada nos fatos concretos”, mas propôs medidas que obriguem o “primo” do governador a atender chamados judiciais. Entre as medidas “restritivas” estão a proibição de Abi de sair do país — o passaporte dele será recolhido —, “tendo em vista que possível fuga do acu-

sado do país tornaria a aplicação da lei penal brasileira praticamente impossível, causando forte sentimento de impunidade e de inutilidade do sistema penal pátrio”, ressalva o magistrado. Além disso, Abi fica obrigado a comunicar a Justiça em caso de mudança de domicílio.

O promotor Cláudio Esteves, coordenador do Gaeco em Londrina, não foi localizado para comentar a decisão.

## Investigação

Apesar de não ter cargo no governo, Abi é considerado influente na gestão Richa. A licitação investigada pelo Gaeco foi realizada em dezembro e vencida pela Providence Auto Center, que o MP acredita ter Abi como proprietário — o dono oficial da empresa é Ismar Leger, mas ele não teria autonomia para gerenciar o negócio. O contrato de seis meses é de R\$ 1,5 milhão.

24 MAR 2015

# GAZETA DO POVO

## Governistas "enterram" CPI da Receita

*Euclides Lucas Garcia*

¶ A bancada governista na Assembleia Legislativa do Paraná enterrou, ao menos por enquanto, a tentativa da oposição de instalar uma CPI para investigar o suposto esquema de corrupção envolvendo auditores da Delegacia da Receita Estadual em Londrina. Apressados em evitar desgaste político para o governador Beto Richa (PSDB), os deputados aliados protocolaram cinco pedidos de CPI, travando o limite de comissões que podem funcionar simultaneamente na Casa.

Com a manobra, pelos próximos quatro meses — que podem se estender por mais dois —, funcionarão no Legislativo as seguintes CPIs: de explosões de caixas eletrônicos (Felipe Francischini, SD); da ocupação fundiária de Pontal do Paraná (Fernando Scanavaca, PDT); da violência contra a mulher e de maus-tratos a animais (ambas da Cantora Mara Lima, PSDB); e da cobrança ilegal de taxas de corretagem na construção civil (Ricardo Arruda, PSC).

“É uma vergonha deixar de instalar uma CPI que vai investigar denúncias gravíssimas para apurar assuntos sem a menor urgência”, atacou o líder do PMDB, Nereu Moura. “Estão invertendo a ordem das necessidades para atender aos caprichos de quem?”

Para poder ser protocolada, uma CPI precisa de no mínimo 18 assinaturas. Até agora, a da Receita conta com o aval dos seis opositores, além de Marcio Pacheco (PPL) e Tercílio Turini (PPS). Diante da dificuldade, a oposição estuda levar o pedido de instalação da comissão para votação no plenário da Assembleia. “Aí os deputados seriam obrigados a se posicionar publicamente”, afirmou Moura. Ainda que a proposta seja aprovada, a CPI precisará esperar uma das outras cinco já protocoladas ser concluída. Outra saída seria aprovar um projeto de resolução permitindo o funcionamento de mais de cinco comissões simultaneamente.

“Não aprovaremos a instalação dessa CPI, que tem fins políticos. Confio no trabalho do Gaeco”, rebateu o líder do governo, Luiz Claudio Romaneli (PMDB).

24 MAR 2015

GAZETA DO POVO

# Denúncia revela indícios de esquema em obra do TC

Provas apontam para uma suposta articulação entre empresários e servidores em licitação alvo de investigação

Diego Ribeiro e Amanda Audi

Mensagens de texto, gravação em telefones celulares apreendidos e documentos apontam para uma suposta articulação entre empresários e servidores na licitação do prédio anexo do Tribunal de Contas (TC) do Paraná. Entre as provas apresentadas pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) à Justiça está uma conversa gravada pelo filho do proprietário da Sial Construções Civas Ltda, Pedro Henrique Rossi, em que ele pede, em uma reunião, para que um concorrente desista da licitação — ao fim, a Sial foi a vencedora. O rapaz usou o celular como gravador e registrou a reunião em 29 de janeiro. Ele deixou o arquivo no telefone apreendido.

Durante o encontro, Pedro tenta explicar como funcionaria o suposto esquema. Ele mostra que a Sial tem vantagens sobre as outras empresas, mesmo após a inabilitação, que ocorreria apenas em fevereiro.

“Mas a gente volta. Por dois motivos também. Uma justificativa técnica, a gente tá acervado lá, foi meio [trecho não compreendido] um pouquinho mais do que o pedido e aí a gente vai atrás de diligências, de um arqueólogo, mostrar que realmente e também devido à boa vontade da comissão”. Arqueólogo seria um geólogo indicado pela Sial no lugar do engenheiro para se responsabilizar pela fundação da obra.

Em seguida, Pedro, sem citar nomes, tenta convencer seu concorrente a abandonar a licitação. “(...) eles pediram para vocês não entrarem com recurso, que vocês podem dificultar, atrapalhar, e aí o que vai acontecer, provavelmente vai inabilitar os três e aí a licitação não vai acontecer(...)”, avisa Pedro ao seu concorrente. “Eles” seria uma referência ao TC. A reportagem teve acesso à denúncia oferecida.

Os advogados dos servidores do TC e dos executivos da Sial, por sua vez, alegam que as provas coletadas pelo Gaeco seriam nulas (leia mais na próxima página).

## Torpedos

Uma série de torpedos, encontrados nos celulares apreendidos de Edenílso e Pedro Rossi, pai e filho, mostra como agiriam, então, junto aos servidores do TC. “Já derrubaram a Espaço Aberto, simplesmente por achar o preço muito baixo. Vou tentar derrubar a RAC, mais [sic] de qualquer forma, acho que facilitou bastante”, descreve Pedro, ao antever o que aconteceria. A RAC era a empresa com proposta mais vantajosa para administração pública na época, segundo o Gaeco.

Em outra mensagem de texto, Pedro pede ao concorrente para se encontrarem. Avisado da reunião marcada no dia 29 de janeiro com o empreiteiro rival, Edenílso envia o torpedo ao filho com algumas orientações. “Vai com cuidado! Diga que fomos procurado [sic] pelo tribunal, sem citar nomes e pediram pra gente conversar com ele, pois querem que agente [sic] faça! Ok? Me ligue depois da conversa?”. Todas as mensagens foram encontradas nos arquivos dos celulares.

CONTINUA

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

24 MAR 2015

### Reunião

Já na sede da empresa RAC, Pedro começa a reunião de forma direta. Ele avisa que “pediram” para que seu concorrente não entrasse com recurso quando fosse desabilitado.

Então é questionado pelo interlocutor. “Essa informação, essa solicitação que vem de vocês é da presidência?”, pergunta o concorrente, que é testemunha do caso. Pedro diz, então. “Presidente. Presidência do Tribunal”, garantia.

O resultado da inabilitação da empresa RAC e das outras empresas seria divulgado somente no dia 10 de fevereiro, o que comprovaria a informação privilegiada que tinha Pedro.

Tanto esse áudio quanto as mensagens foram descobertos nas apreensões da operação Castelo de Cartas, desencadeada pelo Gaeco em 2014. Estavam nos arquivos dos telefones. Todo material foi periciado pelo Instituto de Criminalística que confirmou não haver qualquer adulteração. Durante a operação, o Gaeco apreendeu também 14 celulares, todos com informações que compuseram os indícios que formaram a denúncia.

### Anotação

Outra apreensão apontada pela denúncia do Gaeco é a anotação encontrada no escritório de Pedro. Segundo a denúncia, o texto da anotação se referia a um pagamento para Luiz Bernardo Dias Costa, então coordenador-geral do TC. “2160,000 ÷ 10 ptos = 216.000 + 10% Aditivo! Luiz Bernardo! Coord. Geral!”. Ontem, o coordenador do Gaeco, Leonir Batisti, disse, que o valor da propina passaria dos R\$ 2 milhões.

CONTINUA

24 MAR 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

# Relatório 'previa' valor ofertado pela Sial

Documento do TC aponta previsão antecipada de gasto com a obra idêntica à proposta de construtora

| *Diego Ribeiro e Amanda Audi*

Documento apreendido no Tribunal de Contas (TC) do Paraná durante a operação do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), braço do Ministério Público, aponta previsão antecipada de gasto com a obra do anexo do prédio idêntica à proposta da construtora Sial Construções Civis Ltda.

Segundo a denúncia oferecida à Justiça pelo Gaeco na sexta-feira (20), o relatório trimestral foi apresentado pelo presidente da Comissão Permanente de Licitação do TC, Juliano Woellner Kintzel, e marcava que o valor previsto para obras era de R\$ 36.478.753,80. Kintzel também era responsável pela Diretoria de Licitações e Contratos.

O detalhe que intrigou os promotores é que o relatório está datado de 31 de março de 2014, muito antes da divulgação do resultado dos recursos da licitação, tornado público apenas no

dia 26 de maio.

“Foi encontrado, após cumprimento de busca e apreensão, um relatório trimestral apresentado por Juliano Woellner Kintzel, de 31.03.2014, no qual já apontava o valor de R\$ 36.478.753,80 a ser gasto com a construção do prédio, justamente o valor da proposta apresentada pela Sial”, explica o texto da denúncia.

## Proibição

No oferecimento de denúncia, o Gaeco pediu à Justiça para que a empresa Sial Construções Civis Ltda e seus proprietários, Edenílso Rossi e Pedro Henrique Rossi, não participem mais de licitações seja municipal, estadual ou federal. O pedido inclui a proibição tanto em administração direta quanto indireta. Além da obra do prédio anexo do TC, a construtora participa de outras 13 construções públicas.

---

R\$  
36.478.753,80

era o valor previsto para obras que constava em relatório trimestral apreendido no Tribunal de Contas datado de 31 de março do ano passado.

CONTINUA

24 MAR 2015

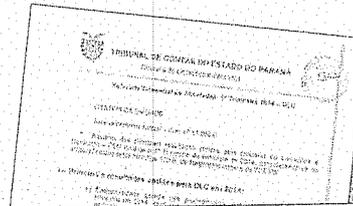
# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

### RELATÓRIO TRIMESTRAL DE GASTOS

O documento foi apreendido no TC durante a operação Castelo de Cartas, desencadeada dia 18 de junho de 2014.

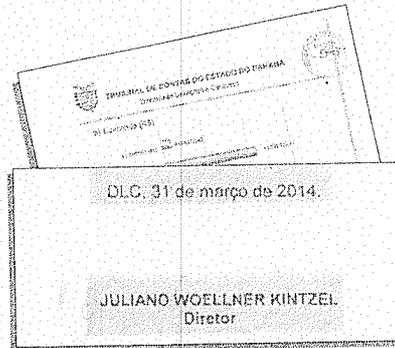
O relatório aponta previsão antecipada de gasto com a obra de anexo do prédio idêntica à proposta da construtora Sial.



Modalidade	Objeto	Valor Previsto no edital (R\$)	Valor (a ser contratado) (R\$)
Concorrência 01/13	Ampliação Prédio Anexo	40.831.370,80	36.478.753,80

#### DETALHE

Segundo o MP, o relatório é de 31 de março do ano passado, mas o resultado da licitação foi divulgado apenas em maio.



Fonte: Ministério Público.  
Infografia: GP.

### PROPOSTAS

Veja quais foram as principais concorrentes:

- 1 - RAC** – R\$ 36.327.677,70 – Dona da melhor proposta, mas o TC considerou que não tinha know-how suficiente para construir o edifício, mesmo tendo feito o prédio da Vara da Família.
- 2 - Sial** – R\$ 36.478.753,80 – Indicou um geólogo no lugar de um engenheiro.
- 3 - Empo** – R\$ 38.789.811,00 – Documentação não foi aceita.

### JUDICIÁRIO

#### Após reclamação da Sial, TJ suspende temporariamente denúncia

Uma decisão assinada pelo juiz substituto de 2º grau Marcel Guimarães Rotoli de Macedo na quinta-feira (19) suspendeu temporariamente a denúncia

oferecida pelo Gaeco após reclamação feita pela defesa de Edenílso Rossi no Tribunal de Justiça contra a 7ª Vara Criminal de Curitiba, responsável por respaldar a investigação. O magistrado alega que as buscas e apreensões e outras provas colhidas pela acusação aconteceram apenas em razão do teor das interceptações te-

lefônicas, anuladas em agosto pelo TJ. A denúncia está suspensa até o mérito da reclamação ser julgado. Segundo o Gaeco, a investigação foi realizada de diversas formas e a interceptação foi apenas uma delas. De acordo com o órgão, a acusação não se embasou em nenhuma interceptação feita durante a investigação.

CONTINUA

24 MAR 2015

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

### OUTRO LADO

#### DENÚNCIA

**Vencedora contrariou item do edital, diz Gaeco**

A denúncia do MP aponta que a Sial também foi inabilitada, mas conseguiu voltar à concorrência, mesmo contrariando requisito do próprio edital. A estratégia, segundo o Gaeco, foi desclassificar todas as concorrentes em um primeiro momento. A Sial, no entanto, seria a única a voltar. O anúncio da desclassificação de todas ocorreu em 10 de fevereiro de 2014. A Sial foi a única a não ter um engenheiro civil como responsável pelas fundações e contenções. A empresa indicou um geólogo. Segundo o Gaeco, os servidores denunciados já haviam articulado a volta da Sial por ser a única empresa que teria aceitado pagar para vencer o processo. Embora contrariasse o edital, o TC alegou que questionou o Crea para saber se haveria problema ter um geólogo. Mas nenhum documento foi encontrado que comprovasse tal respaldo. Segundo a denúncia, as outras empresas, também desclassificadas, pediram igualdade e solicitaram diligência semelhante a feita supostamente ao Crea para validar suas condições. Porém, o presidente da Comissão Permanente de Licitação disse não ter obrigação em fazer o mesmo.

**Advogados dizem que provas coletadas pelo Gaeco são ilícitas**

Os advogados dos servidores do Tribunal de Contas (TC) e dos executivos da Sial alegam que as provas coletadas pelo Gaeco seriam nulas. Isso porque, segundo eles, as mensagens de voz, gravações e outros documentos que baseiam a denúncia tiveram uma mesma origem: as interceptações telefônicas que foram anuladas pela Justiça na metade do ano passado. As gravações foram invalidadas pelo Tribunal de Justiça do Paraná porque teriam sido autorizadas "sem a devida fundamentação" pelo 1º Grau, com base em uma denúncia anônima. Conforme os advogados, foi a partir das escutas que o Gaeco justificou pedidos de busca e apreensão que resultaram nas demais provas. "Não vou me manifestar sobre um caso com provas fundadas ilícitas pelo tribunal", disse o advogado Edward de Carvalho, que defende Edenílso e Pedro Henrique Rossi, da Construtora Sial. "Todas as provas do Gaeco são ilícitas porque são consequência da interceptação", disse Roberto Brzezinski, que defende Luiz Bernardo Dias Costa e Ângelo

Bizinelli.

Alessi Brandão, advogada de Juliano Kintzel, disse que não iria se manifestar sobre o assunto "até que fosse sanada a questão da nulidade" das provas.

O TC, via assessoria de imprensa, informou que a licitação foi cancelada e que nenhum pagamento foi efetivado. Também afirma que a licitação não será retomada nos próximos dois anos.

Costa está afastado do cargo de coordenador-geral do TC desde o ano passado, mas continua recebendo salários de cerca de R\$ 20 mil. Bizinelli deixou o cargo comissionado de diretor-geral do TC em dezembro e está aposentado. Kintzel, servidor concursado, atualmente está lotado na inspetoria comandada por Artagão de Mattos Leão, presidente do TC na época dos fatos. Artagão, que voltou a ser conselheiro, responde a sindicância no Superior Tribunal de Justiça (STJ) por causa da licitação.

A Sial continua tocando obras, inclusive a reforma do Palácio do Tribunal de Justiça, com o valor de R\$ 53,8 milhões. A reportagem não conseguiu contato telefônico direto com os envolvidos, apenas com seus defensores. Artagão também não foi localizado.

24 MAR 2015

# GAZETA DO POVO

## Justiça interdita carceragem do 11.º DP de Curitiba

Rodrigo Batista

A Justiça determinou na tarde desta segunda-feira (23), por meio de liminar, a interdição da carceragem do 11.º Distrito Policial da capital, que fica na Cidade Industrial de Curitiba (CIC). A interdição atende a uma ação civil pública ajuizada pela Defensoria Pública do Paraná, que, em uma vistoria, constatou a situação degradante na qual os presos são mantidos. Caso não seja cumprida a liminar, a Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp) terá de pagar multa diária de R\$ 5 mil por preso do local.

A Defensoria entrou com a ação após uma vistoria realizada em março deste ano. Segundo o defensor público Luiz Gustavo Fagundes Purgato, um dos nove defensores que trabalhou no caso, a carceragem não obedece à legislação penal e vai contra os direitos humanos. "Foi uma situação de urgência em que a Defensoria teve de trabalhar. Inclusive uma vistoria feita pela Vigilância Sanitária constatou que a carceragem não tem condições de abrigar os presos."

Na época em que os defensores estiveram na delegacia, acompanhados de membros do Ministério Público do Paraná (MP-PR) e da seccional do Paraná da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR), a estrutura, com capacidade para 38 presos, abrigava 163 pessoas.

A *Gazeta do Povo* mostrou nesta segunda-feira (23) que, em um levantamento feito pela reportagem entre os dias 13 e 16 de março, havia 110 detentos nas celas para uma capacidade de 38. "A rigor, as delegacias não deveriam receber presos", diz o defensor.

A Sesp tem prazo de 30 dias, segundo a decisão, para remover os presos para outra unidade prisional. Também estabelece que a secretaria não poderá realizar novas remoções de detentos para o local até que sejam feitas reformas na unidade a fim de que ela atenda aos requisitos da Lei de Execuções Penais.

Em sua liminar, o juiz Marcos Vinícius Christo, da 1.ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba, aponta que os presos são mantidos em uma situação de superlotação carcerária, em local sem ventilação, sem obras de adequação e com situação precária da rede de esgoto, "com risco efetivo da proliferação de doenças". "Observa-se, neste juízo sumário, que os encarcerados são submetidos a condições desumanas e degradantes, sem considerar a omissão na assistência integral à saúde, material, educacional e social", escreve o magistrado.

Segundo o defensor público, durante a vistoria realizada, muitos presos estavam doentes e em condições infecto-contagiosas. "Eles disputam espaço com ratos, roedores. Há fezes humanas e de animais no local", conta Purgato.

A Sesp informou, via assessoria de imprensa, que ainda não foi notificada da decisão judicial, mas que mantém a transferência semanal de 150 presos dos distritos para o sistema penitenciário. Desde janeiro deste ano, a pasta passou a ser responsável também pela administração penitenciária no estado.

24 MAR 2015

GAZETA DO POVO

# Justiça abre ação contra tesoureiro do PT e 26 investigados

Este é o primeiro processo criminal aberto contra Vaccari. Renato Duque, ex-diretor da Petrobras, também está entre os réus

CURITIBA E SÃO PAULO

Estadão Conteúdo e Folhapress

A Justiça Federal no Paraná abriu ação penal contra o tesoureiro do PT João Vaccari Neto e o ex-diretor de Serviços da Petrobras Renato Duque por corrupção e lavagem de dinheiro. A decisão acata denúncia do Ministério Público Federal (MPF) que envolve, além de Vaccari e Duque, outros 25 investigados. É o primeiro processo criminal aberto contra o tesoureiro do PT e o ex-diretor da estatal, suposto elo do partido no esquema de corrupção e propinas na petrolífera.

A denúncia da força-tarefa da Operação Lava Jato foi apresentada no dia 16. "Temos evidências de que João Vaccari tinha consciência

que esses pagamentos eram feitos a títulos de propinas", afirmou o procurador Deltan Dallagnol, que integra o núcleo do Ministério Público Federal responsável pela Lava Jato. Duque está preso.

A força-tarefa constatou que Vaccari se encontrava com regularidade com Renato Duque "para acertar os valores devidos". O relato do empresário Eduardo Leite, vice-presidente da construtora Camargo Corrêa, foi decisivo para o oferecimento da denúncia contra o tesoureiro do PT. "Ele revelou que se encontrou com Vaccari e que este pediu doações oficiais eleitorais a título de propinas."

Também tiveram peso na acusação contra Vaccari os depoimentos de quatro delatores da Lava Jato: Augusto Mendonça, Pedro Barusco (ex-gerente de Engenharia da Diretoria de Serviços da Petrobras), Paulo Roberto Costa (ex-diretor de Abastecimento da estatal) e o doleiro Alberto Youssef.

## Delator

Barusco, ex-gerente da Petrobras, afirmou que Vaccari costumava apresentar reivindicações de empreiteiras que mantinham contratos com a estatal, inclu-

do resolução de problemas envolvendo licitações, celebração de aditivos e inclusão na lista de empresas cadastradas na petroleira.

O depoimento foi prestado em 12 de março e anexado aos autos da Lava Jato nesta segunda-feira (23). Barusco já reconheceu ter recebido pelo menos US\$ 97 milhões em propinas em contas bancárias abertas em nome de suas empresas offshore no exterior, dinheiro que se comprometeu a devolver à União.

Segundo Barusco, os pedidos de Vaccari eram atendidos "dentro do possível, no limite dos procedimentos e requisitos técnicos da Petrobras".

## Outro lado

Em nota oficial, a Secretaria Nacional de Finanças e Planejamento do PT, comandada por Vaccari, ressaltou que ele assumiu a posição em fevereiro de 2010 e, portanto, não ocupava o cargo no período mencionado pelos procuradores no processo acatado pela Justiça Federal do Paraná.

Vaccari repudiou as citações feitas pelos delatores a respeito dele. Segundo o comunicado, as doações realizadas por "empresas legalmente estabelecidas" foram efetuadas por meio de depósitos bancários, com toda a "transparência e a devida prestação de contas às autoridades competentes".

Duque, por meio de seu advogado, Alexandre Lopes, também nega enfaticamente envolvimento com o esquema de propinas na estatal.

24 MAR 2015

# GAZETA DO POVO

## Envolvidos na morte de cinegrafista recebem tornozeleiras eletrônicas

Caio Silva e Fábio Raposo, acusados de ter disparado o rojão que causou a morte do cinegrafista da TV Bandeirantes Santiago Andrade, durante uma manifestação no Rio, no ano passado, já estão sendo monitorados por tornozeleira eletrônica. Eles receberam os equipamentos na manhã desta segunda-feira. A falta de tornozeleiras no estado impediu que os jovens fossem soltos na quinta-feira, logo após a decisão judicial que os libertou. Com o equipamento estava em falta por problemas financeiros do governo do Rio, os acusados tinham sido liberados sem o dispositivo. Na quarta-feira, os desembargadores da 8ª Câmara Criminal do TJ-RJ desclassificaram a acusação de homicídio doloso triplamente qualificado, cuja pena poderia chegar a 30 anos de reclusão. Os dois não vão mais a júri popular e deverão responder por explosão seguida de morte. O Ministério Público estadual vai recorrer da decisão.

## NOTA POLÍTICA

### Prefeito na prisão

O prefeito de Chopinzinho, Leomar Bolzani (PSDB), e mais seis pessoas foram presas pela Polícia Civil por suspeita de envolvimento na morte do procurador do município, Algacir Teixeira de Lima, no último dia 16. Lima teria sido morto por fazer denúncias ao Ministério Público sobre a atuação de um grupo dentro da prefeitura chefiado pelo prefeito, que teve os bens bloqueados em virtude das irregularidades poucos dias antes do crime, segundo a investigação.

24 MAR 2015

## FOLHA DE S. PAULO

### Exagero flagrante

Havia certas ressalvas, e mesmo algumas críticas mais incisivas, à implantação das audiências de custódia em São Paulo, procedimento que assegura a quem for preso em flagrante o direito de ser levado à presença de um juiz num prazo máximo de 24 horas.

Embora seja prescrita pelo Pacto de San José, tratado ratificado pelo Brasil em 1992, a ferramenta até hoje não foi adotada como regra pela Justiça brasileira. Nos casos de prisão em flagrante, o magistrado costuma se informar sobre as circunstâncias da detenção apenas pela papelada que recebe.

A ideia do novo modelo é não só melhorar a análise da legalidade e da necessidade da detenção, mas também inibir práticas como coação e tortura, infelizmente ainda presentes em algumas delegacias.

Apesar de tais propósitos parecerem irretorquíveis, associações de promotores, de delegados e de juizes se dispuseram a contestar a medida. Argumentaram, por exemplo, que, dadas as grandes dificuldades logísticas, não haveria estrutura suficiente para a nova rotina. Houve, ademais, quem questionasse a efetividade do instrumento.

As duas objeções, contudo, não resistiram muito tempo. A primeira porque não ataca o princípio das audiências de custódia; se elas se revelarem importantes, cabe ao

poder público garantir os meios operacionais necessários. A segunda porque, de acordo com balanço apresentado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), o novo modelo teve impacto evidente.

De 24 de fevereiro a 18 de março, contaram-se 394 presos em flagrante nas regiões sul e central da capital paulista, onde a ferramenta começou a ser testada. Após as audiências, 222 deles continuaram detidos, ao passo que 137 obtiveram liberdade provisória e 30 mereceram encaminhamento assistencial (os juizes entenderam não haver flagrante em cinco situações).

O desembargador José Renato Nalini, presidente do TJ-SP, é assertivo ao sustentar que, no sistema antigo, “essas 167 pessoas ficariam com certeza presas”.

Se essa proporção (42% de encarceramentos desnecessários) se repetir em todo o território paulista, onde em 2014 registraram-se em média 292 flagrantes por dia, chega-se a pelo menos 44 mil pessoas por ano postas atrás das grades sem motivo para tanto. Isso num Estado cujo sistema carcerário convive com deficit de 90 mil vagas.

Obstáculos burocráticos decerto são menos relevantes do que o imperativo de dar a todos os cidadãos o tratamento apropriado, nos termos da lei — e não só em São Paulo, mas no país inteiro.

24 MAR 2015

FOLHA DE S. PAULO

# Juiz torna tesoureiro petista réu por suspeita de corrupção

Justiça abre primeira ação contra Vaccari e ex-diretor da Petrobras Renato Duque

**Processo aumenta pressão interna para que cúpula do PT afaste dirigente da função para conter desgaste**

O juiz federal Sergio Moro, que conduz os processos da Operação Lava Jato no Paraná, aceitou nesta segunda (23) denúncia apresentada pelo Ministério Público Federal contra o tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, o ex-diretor da Petrobras Renato Duque e outras 25 pessoas acusadas de corrupção e lavagem de dinheiro desviado da estatal.

É o primeiro processo aberto na Justiça contra os dois acusados de distribuir ao PT propina paga por empresas que tinham negócios com a Petrobras. Segundo o Ministério Público, parte das comissões devidas ao partido foi paga na forma de doações oficiais, entre 2008 e 2010.

Duque também é acusado de formação de quadrilha, junto com outras 14 pessoas, incluindo executivos das empreiteiras OAS, Mendes Junior e Setal, acusados de fraudar licitações e pagar propina para garantir seus contratos.

O Ministério Público apontou irregularidades em dois gasodutos e obras nas refinarias de Paulínia (SP) e Araucária (PR), todas contratadas pela área que Duque dirigia na estatal, e estimou em R\$ 136 milhões o total de desvios.

No despacho em que aceitou a denúncia, o juiz Sergio Moro disse que, até o momento, a tese sustentada pelos procuradores de que Vaccari sabia que as doações ao PT tinham origem criminosa “tem amparo” em depoimentos.

Ele mencionou os relatos feitos pelo ex-gerente da Petrobras Pedro Barusco, que admitiu ter recebido suborno e passou a colaborar com as investigações, e pelo vice-presidente de finanças da Camargo Corrêa, Eduardo Leite, que está preso se tornou delator há duas semanas.

Em um dos seus depoimentos, Leite disse que Vaccari pediu que a empresa pagasse uma propina de cerca de R\$ 10 milhões na forma de doação oficial ao PT, “por volta de 2010”, ano em que a presidente Dilma Rousseff foi eleita para o seu primeiro mandato.

Em depoimento prestado no dia 12 de março e divulgado nesta segunda, Barusco afirmou que Vaccari lhe apresentou muitas vezes reivindicações de empresas que tinham negócios com a estatal ou queriam obter contratos.

Segundo o ex-gerente, os pedidos de Vaccari eram atendidos “dentro do possível, no limite dos procedimentos e requisitos técnicos da Petrobras”. Vaccari nega ter recebido doações ilegais ou discutido demandas das empreiteiras com a Petrobras.

O Ministério Público identificou doações ao PT no valor total de R\$ 4,26 milhões que teriam sido feitas em datas próximas de pagamentos da Petrobras às empresas que fizeram as contribuições.

Duque, que era diretor de Serviços da Petrobras, é acusado de ficar com parte da propina paga pelas empresas e de auxiliar o tesoureiro do PT a obter doações. Quase 21 milhões de euros, o equivalente a R\$ 71 milhões, foram bloqueados em contas associadas a Duque no exterior.

A decisão da Justiça aumenta a pressão que a cúpula do PT tem sofrido para afastar Vaccari. Sua saída, que já era defendida por deputados federais e ministros, passou a ser considerada também por dirigentes nacionais da sigla nos bastidores.

Alguns integrantes da cúpula do partido acham que a permanência de Vaccari aumenta o desgaste sofrido pelo PT com o escândalo na Petrobras. Para outros, afastá-lo agora seria condená-lo antes do julgamento. (FELIPE BACHTOLD)

Colaboraram RUBENS VALENTE, de Brasília, e GUSTAVO URIBE, de São Paulo

**CONTINUA**

## O QUE HÁ CONTRA ELES

Ex-diretor da Petrobras e tesoureiro do PT foram denunciados pelo Ministério Público Federal



Renato Duque,  
ex-diretor de  
Engenharia  
e Serviços



João  
Vaccari  
Neto,  
tesoureiro  
do PT

### CONTRATOS DA ESTATAL

Segundo a Procuradoria, Renato Duque favoreceu contratos de sua diretoria com o cartel de empreiteiras que agia dentro da Petrobras

Também ex-funcionário da estatal, Pedro Barusco acusou Vaccari de participar de negociações com Duque e representantes do cartel

### PROPINA PARA O PT

Delatores afirmam que Duque negociava propina de 3% sobre os contratos firmados por sua diretoria e que ficava com uma parte desses valores

Vaccari foi apontado como operador dos repasses ao PT e é acusado de ter negociado a distribuição da propina por meio de doações oficiais à sigla

### DINHEIRO NO EXTERIOR

De acordo com as investigações, Duque mantinha 20 milhões de euros em contas no exterior e fez várias transferências até set.14

A Procuradoria suspeita que parte da propina recebida pelo partido por contratos com a Petrobras tenha vindo do exterior

### O QUE ELES DIZEM

A defesa do ex-diretor afirma que ele não recebeu nem negociou propina em contratos da Petrobras. Nega ainda ter feito transferências no exterior

Vaccari afirma que o PT não faz caixa dois e só recebe contribuições legais. O tesoureiro também diz que nunca tratou de contratos da Petrobras

24 MAR 2015

## O ESTADO DE S. PAULO

### Ciclovias na Justiça

**A** obediência a uma das regras básicas que devem orientar a administração pública – a de que as obras sejam precedidas de estudos técnicos sobre sua real necessidade, assim como sobre o impacto e as consequências que acarretarão, e, caso obedecem a esses requisitos, a apresentação dos respectivos projetos para sua execução – acaba de ser mais uma vez ressaltada, a propósito da implantação a toque de caixa de ciclovias na capital paulista. Essa lição dada à Prefeitura está contida em decisão liminar do juiz Luiz Fernando Rodrigues Guerra, da 5.ª Vara da Fazenda Pública, em ação movida pelo Ministério Público Estadual (MPE).

O magistrado acatou o pedido da promotora de Justiça de Habitação e Urbanismo Camila Mansour Magalhães da Silveira e determinou a suspensão das obras de construção de ciclovias, com exceção das da Avenida Paulista, aceitando seus argumentos de que faltaram estudos de impacto viário e projetos executivos. A Prefeitura tem agora 60 dias de prazo para apresentar sua defesa e os estudos e projetos exigidos, sob pena de pagar multa diária de R\$ 10 mil.

Entre as obras afetadas pela decisão está a de construção da ciclovia sob o Minhocão, na Rua Amaral Gurgel e na Avenida São João, que foi iniciada em janeiro. Quanto à ciclovia da Paulista, alega o juiz Guerra

que ela “aparenta (*ter*) melhor estudo e planejamento” e que a “utilização do canteiro central como local para a implementação da ciclovia denota preocupação com a mitigação das influências negativas para o trânsito local”.

O ponto central da questão, portanto, é a falta de planejamento, de estudos técnicos, a improvisação que marcou desde o início o programa – se é que se pode chamá-lo assim – de implantação às carreiras de 400 quilômetros de ciclovias até o fim do mandato de Haddad. Do começo do seu governo até hoje já foram construídos 199,8 quilômetros e, se ele conseguir reverter a decisão da Justiça, atendendo a suas exigências, a meta será facilmente atingida.

Tudo isso levou a promotora Camila Silveira a qualificar de “exacerbado” aquele ritmo e a criticar diretamente Haddad: “Infere-se, pois, que a implementação do sistema cicloviário no Município de São Paulo decorre, exclusivamente, da vontade política do administrador (*o prefeito*) que, no caso em exame, não se coaduna com o interesse público”.

Mas nem assim – com a dureza do Ministério Público e, principalmente, com a decisão da Justiça, que representa um sério golpe em seu programa – Haddad se abala. Alega que as ciclovias, com poucas exceções, não têm impacto no trânsito por serem construídas em canteiros centrais ou em espaço antes destinado a vagas de

estacionamento. Logo, conclui-se, não há a necessidade dos estudos de impacto reclamados pela promotora. “É isso que vamos levar à consideração do juiz”, afirma. O prefeito se engana, se pensa que pode resolver o problema fazendo pouco da inteligência alheia.

E vai mais longe. Depois de discussão entre um grupo de cicloativistas e a promotora Camila Silveira, durante entrevista à imprensa para que ela pudesse explicar melhor sua posição, Haddad fez uma afirmação desconcertante: “A promotora e os ciclistas tiveram um desentendimento. Vamos mediar esse conflito, não nos interessa esse antagonismo entre os ciclistas e a promotoria”.

Nem quando alguns jornalistas, perplexos, lhe lembraram que está em questão uma decisão judicial que diz respeito diretamente à Prefeitura e não um conflito entre ciclistas e promotoria, Haddad se deu por achado. Ou ele vive em outro mundo ou finge estar nele para não ter de enfrentar perguntas incômodas. Em mais uma tentativa de fugir do problema, reclamou de uma imaginária campanha da imprensa contra as ciclovias. E perguntou: “Vocês (*jornalistas*) são todos contra as ciclovias?”

No fundo, ele sabe muito bem que o que a imprensa tem feito é apenas cumprir o seu papel de criticar e apontar defeitos de obras mal concebidas e executadas, como as ciclovias. O que, para seu desgosto, foi reconhecido pela Justiça.

24 MAR 2015

# O ESTADO DE S. PAULO

## Ex-diretor ligado ao PT e Vaccari se tornam réus

Justiça aceita denúncia do Ministério Público Federal que envolve mais 25 acusados de desvios na Petrobrás pela Operação Lava Jato

**Ricardo Brandt**

ENVIADO ESPECIAL / CURITIBA

**Julia Affonso**

**Fausto Macedo**

A Justiça Federal no Paraná abriu ação penal contra o tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, e o ex-diretor de Serviços da Petrobrás Renato Duque por corrupção e lavagem de dinheiro. A decisão acata denúncia do Ministério Público Federal que envolve, além de Vaccari e Duque, outros 25 investigados no âmbito da Operação Lava Jato. É o primeiro processo criminal aberto contra o tesoureiro do PT e o ex-diretor, suposto elo do partido no esquema de corrupção e propinas na estatal.

A denúncia da força-tarefa da Lava Jato foi apresentada no dia 16. "Temos evidências de que João Vaccari tinha consciência que esses pagamentos eram feitos a títulos de propinas", afirmou o procurador da República Deltan Dallagnol, que integra o núcleo do Ministério Público Federal responsável pela operação.

A força-tarefa constatou que Vaccari se encontrava com regularidade com Duque "para acertar os valores devidos". O relato do empresário Eduardo Leite, vice-presidente da construtora Camargo Corrêa, tomado no âmbito da delação premiada que ele firmou com os procuradores e os delegados da Polícia Federal, foi decisivo para o oferecimento da denúncia contra o tesoureiro do PT. "Ele revelou

que se encontrou com Vaccari e que este pediu doações oficiais eleitorais a título de propinas."

Também tiveram peso na acusação os depoimentos de quatro delatores da Lava Jato: Augusto Mendonça, Pedro Barusco (ex-gerente de Engenharia da Diretoria de Serviços da Petrobrás), Paulo Roberto Costa (ex-diretor de Abastecimento da estatal) e o doleiro Alberto Youssef.

Na semana passada, quando a Procuradoria denunciou Vaccari, seu advogado, o criminalista Luiz Flávio Borges D'Urso, em nota, rechaçou as suspeitas contra o tesoureiro do PT.

"O sr. Vaccari repudia as referências feitas por delatores a seu respeito, pois as mesmas não correspondem à verdade. Torna-se importante reiterar que o sr. Vaccari não participou de nenhum esquema para recebimento de propina ou de recursos de origem ilegal destinados ao PT. Ressaltamos que causa estranheza o fato de que o sr. Vaccari não ocupava o cargo de tesoureiro do PT no período citado pelos procuradores, durante entrevista no dia de hoje, uma vez que ele assumiu essa posição apenas em fevereiro de 2010", diz a nota.

Duque, por meio de seu advogado, Alexandre Lopes, também nega enfaticamente envolvimento com o esquema. Ele está preso na PF em Curitiba e será transferido para um presídio do Estado.

**Recibos.** O delator Augusto Mendonça, do grupo Setal, entre-

gou à Justiça Federal recibos de doações partidárias e eleitorais feitas por suas empresas para o PT entre 2008 e 2012 como forma de ocultar dinheiro de propina desviado da Petrobrás. Os documentos foram anexados à denúncia criminal aceita ontem pelo juiz federal Sérgio Moro, que conduz os processos da Lava Jato.

No material estão quatro recibos emitidos pelo PT de doações para o Diretório Nacional do partido no total de R\$ 500 mil, em 2010. O valor, repassado em 7 de abril, quando se iniciava a campanha da presidente Dilma Rousseff, foi o mais alto doado dentro de uma lista de 24 repasses partidários e de campanha listados pelo delator.

24 MAR 2015

## JORNAL DO ÔNIBUS

# MPF entra na Justiça para garantir acesso ao Fies

Alterações estariam causando "angústia e desespero" nos estudantes



O Ministério Público Federal em Minas Gerais (MPF/MG) informou nesta segunda-feira que ingressou com ação civil pública para impedir que estudantes deixem de participar do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) por causa das alterações feitas no fim do ano passado. De acordo com o MPF/MG, o Ministério da Educação (MEC) promoveu mudanças sem comunicar aos interessados.

A ação ressalta que as alterações estão cau-

sando "angústia e desespero em milhares de estudantes em todo o país". O MPF/MG pede que calouros e veteranos que tiverem interesse em participar ou permanecer no Fies estejam sujeitos às "mesmas regras e diretrizes do ano letivo de 2014".

De acordo com o MPF, algumas instituições de ensino superior estão obrigando alunos que iniciaram cursos em 2015 a renegociar as prestações e firmar novos contratos, sob pena de serem automaticamente desligados. ●

## Justiça aceita denúncia contra tesoureiro do PT

A Justiça Federal aceitou nesta segunda-feira (23) a denúncia do Ministério Público Federal (MPF) contra o tesoureiro do Partido dos Trabalhadores (PT), João Vaccari Neto, e contra o ex-diretor de Serviços da Petrobras Renato de Souza Duque.

Ambos e mais 25 pessoas - também denunciadas pelo MPF - se tornaram réus diante da Justiça Federal sob a acusação de corrupção, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha.

Na tarde desta segunda, o PT divulgou nota na qual afirma que "não são verdadeiras" as acusações contra Vaccari e que ele está à disposição das autoridades para prestar esclarecimentos. ●

## NOTA POLITICA

### Presídio especial

O juiz Sérgio Moro determinou ontem a transferência de 12 presos da Operação Lava-Jato da Carceragem da Polícia Federal em Curitiba para o Complexo Médico Penal do Estado em Pinhais. O juiz só manteve na carceragem da PF o ex-diretor da Área Internacional da Petrobras, Nestor Cerveró, que passa por cuidados psicológicos, e o empreiteiro Ricardo Pessoa, da UTC, a pedido do Ministério Público Federal.